

COOPERAÇÃO BRASIL-ÁFRICA: UMA ABORDAGEM DA POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO LULA (2003-2010) E PÓS-LULA PARA OS PAÍSES DOS PALOPS¹

Martinho Fonseca Munica²

RESUMO

Este artigo examina a política externa entre o Brasil e os Países Africano de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) no governo de Luiz Inácio Lula da Silva 2003-2010. Fez-se também, um comparativo sobre os avanços e retrocessos dos governos sucessores, Dilma, Temer e Bolsonaro, comparativo feito entre as principais ações de política externa. Cujo objetivo se ancora em acordos diplomáticos ratificados entre Brasil-PALOP. Assim sendo, mediante a uma contextualização sobre política externa brasileira com uma análise teórica durante o governo Lula. Trata-se, portanto, de um trabalho de cunho científico apoiado em levantamento bibliográfico e análise de dados sobre, que vai auxiliar a responder a nossa pergunta de partida. Em comparação aos governos pós-Lula, podemos constatar que houve expressivo declínio nas relações diplomáticas.

Palavras-chave: África - Relações exteriores - Brasil. Brasil - Política e governo - 2003-2010. Brasil - Relações exteriores - África. Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

ABSTRACT

This article examines the foreign policy between Brazil and Portuguese-speaking African countries (PALOP) in the government of Luiz Inácio Lula da Silva 2003-2010. A comparison was also made on the advances and setbacks of the successor governments, Dilma, Temer and Bolsonaro, a comparison made between the main foreign policy actions. The objective of which is anchored in diplomatic agreements ratified between Brazil-PALOP. Therefore, through a contextualization of Brazilian foreign policy with a theoretical analysis during the Lula government. It is, therefore, a work of a scientific nature supported by a bibliographic survey and data analysis, which will help to answer our starting question. Compared to post-Lula governments, we can see that there was a significant decline in diplomatic relations.

Keywords: Africa - Foreign affairs - Brazil. Brazil - Foreign relations - Africa. Brazil - Politics and government - 2003-2010. Portuguese Speaking African Countries (PALOP).

¹ Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao curso de Bacharelado em Relações Internacionais, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Juliana Mércia Guilherme Vitorino.

² Bacharel em Humanidades e graduando em Relações Internacionais pela Unilab.

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo vamos nos debruçar sobre a política externa do governo Lula da Silva de 2003-2010 com relação aos países africanos de Língua Oficial Portuguesa, a partir de uma abordagem geral. A relação Brasil-África está intimamente ligada à colonização portuguesa no século XVI, desde a chegada dos primeiros africanos trazidos para o Brasil como mão de obra escrava em 1538, período em que se inicia uma extensa ligação que vai até 1850. De um tempo a esta parte, teve a década de 80 com a recessão global e o Brasil tirou esses incentivos para poder reduzir custos das embaixadas e ministérios, anos 90, volta o interesse para poder expandir a presença brasileira no mundo, e o ano 2000, quando o Brasil passou por uma série de transformações e a política externa para África fica bem instável. Neste novo Brasil, a cooperação Brasil-África dá-se por meio da cooperação sul-sul a fim de se opor às relações Norte-Sul devido ao contexto geopolítico e econômico.

Desse modo, a pergunta de partida que vai direcionar a pesquisa é: Como foi conduzida a política externa brasileira para o continente africano, no campo diplomático, durante e após o governo Lula? Vai ser a partir desta pergunta, que vamos abordar sobre os dados encontrados, assim sendo, dar visibilidade e relevância à temática, bem como, teoricamente ampliar o debate sobre o tema. A metodologia usada, para subsidiar a pesquisa, foi feita um levantamento bibliográfico e análise de dados, que se baseiam no entendimento sobre a condução da política externa Brasil-África.

No entanto, no decorrer deste artigo, na primeira parte, de forma sucinta iremos fazer uma contextualização da política externa brasileira para o continente africano, como ela foi conduzida, de modo a refletirmos sobre as relações diplomáticas efetivadas durante a vigência do governo Lula com os países africanos, como se estrutura, se comporta diante dos seus interesses, bem como o percurso desta relação entre Brasil-África. Na segunda parte, vamos destacar os principais acordos firmados entre os países africanos no qual o Brasil mantém ou manteve relações diplomáticas, do mesmo modo, trazer dados e informações sobre os tipos de acordos e as suas respectivas relações de cooperação.

Na terceira e última parte deste artigo, vamos fazer um breve comparativo pós Lula, nos governos Dilma, Temer e Bolsonaro, no que concerne aos avanços e retrocessos na política externa Brasil-África baseado nas suas ações diplomáticas. Lembrando que, estes pontos mencionados serão abordados e discutidos no artigo, têm como principal foco, entender e responder a nossa pergunta de pesquisa.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA O CONTINENTE AFRICANO

Para o começo desta abordagem, precisamos levar em conta que, as análises da política externa brasileira têm obedecido recortes temporais para se enquadrar na perspectiva de cada governo, tem sido objeto de estudo para as Relações Internacionais especificamente. Vale destacar, a necessidade de abordar sobre o conceito de política externa no seu amplo princípio metodológico da análise de política externa (APE), que vai ser entendida como a sistematização baseada em ideias políticas e seus objetivos, onde o estado é o principal protagonista em relações diplomáticas com outros países. Deste modo, destaca-se, os limites da política externa. Sem esquecer que:

A Análise de Política Externa, assumidamente interdisciplinar, que tem por objetivo principal apreciar a maneira como o posicionamento internacional dos Estados é produzido a partir de complexas interações entre atores e instituições do plano doméstico, estatais e não estatais, levando-se em consideração a sua percepção acerca dos constrangimentos e oportunidades advindos do sistema internacional (FARIAS, 2012, p. 313).

Nesta perspectiva, a política externa pode ser entendida como um conjunto de ações diplomáticas desenvolvidas pelo programa de estado ou de governo, desenvolvidas fora dos seus territórios em busca de seus interesses definidos pelo estado com países pelo qual mantém acordos a fim de concretizar os seus interesses.

Isso porque, baseando-se no contexto histórico, o Brasil e os países de língua oficial portuguesa especificamente, as relações entre ambos, firmam os projetos de cooperação unilateral e multilateral das agendas diplomáticas. Miyamoto (2014)

Contudo, poderíamos dizer que, nas quatro últimas décadas, parte da agenda brasileira foi direcionada para o continente africano, com os quais manteve intercâmbio razoável, se bem que longe do desejável. Em parte, o Brasil sempre procurou se afirmar e inserir-se no cenário internacional, manter a sua participação favorável, no plano bilateral e multilateral.

Nos anos 60, boa parte dos países africanos estavam se libertando do colonialismo e enfrentando o conflito interno no período pós independência, período da nova conjuntura política para estes países. Fingermann (2012), ressalta que, foi neste mesmo período que foi estabelecido a política externa brasileira independente por Jânio Quadros e João Goulart, que se criou a divisão africana no Itamaraty. Um ano mais tarde, em 1961, foi marcado também como período que o Brasil a operar suas embaixadas e consulados em algumas capitais, em Angola-Luanda; Moçambique-Maputo e na capital do Quênia em Nairobi.

As escolhas feitas pelo governo brasileiro, na primeira metade da década de 60, estiveram, porém, longe de apresentar resultados satisfatórios ou incremento do comércio, inclusive pelas dificuldades decorrentes da situação enfrentada pelos países recém libertos do jugo colonialista. (MAIAYATO, 2014, p. 02).

O século XXI é marcado como o período de redescobrimto do continente africano de potências como China, Brasil e Índia, pelos seus altos índice de crescimento econômico, passou também a ser protagonizado como um lugar de cooperação e de novas coalizão de acordos diplomáticos de atores internacionais entre o Brasil e o continente africano.

O percurso que liga o continente africano e o Brasil diplomaticamente, deu-se durante a visita do ex-ministro das relações exteriores Mario Gibson Barboza, no governo do General Emilio Garrastazu. O ex-chanceler brasileiro visitou 8 países africanos, isto é, em 1969, a fim aprofundar as relações diplomática, como uma das opções da política externa brasileira, lembrando que neste período o Brasil estava marcado por vários dilemas além da agenda da política externa brasileira conforme faz referência o (MAIAYATO, 2014, p. 03).

O grande problema, todavia, da política externa brasileira, não apenas daquele, mas também de outros períodos, e que pode se facilmente percebido nessas desavenças, mesmo quando se apresentou um quadro altamente favorável para a projeção internacional do país, foi sempre a carência de um projeto e de uma estratégia de inserção global, de médio ou de longo prazo.

De acordo com o ministério das relações exteriores (MRE), foram quase duas mil ações realizadas pelo Brasil em países africanos, no caso de Angola e Moçambique. Em parceria com o Japão, o Brasil levou para o continente africano a mais alta tecnologia aos países menos desenvolvidos, nelas o Brasil transfere, tecnologia e promove o intercâmbio técnicos nas áreas de saúde, educação, formação profissional, agricultura, segurança alimentar e nutricional.

³De acordo com agência brasileira de cooperação (ABC), desde 2009 uma das características que se pode observar na política externa brasileira, é pautada pelo respeito, reciprocidade, liberdade, democracia e transparência, sem impor regras que violem a soberania dos países pelos quais mantém relações diplomáticas. Ressaltando que a cooperação entre o Brasil e o continente africano faz parte da cooperação sul-sul, feita entre países em desenvolvimento.

Ainda assim, conforme a agência brasileira de cooperação, do Ministério das Relações Exterior (MRE), a aceitação e demanda depende das diretrizes da política externa brasileira, tendo em carteira mais de 7 mil projetos a 108 países entre eles os países da América latina, África, Ásia, Europa e Oceania, nesta empreitada, estão envolvidos mais de 124 instituições brasileira credenciadas, os principais projetos de cooperação desenvolvem nas áreas de: Administração pública, agricultura familiar, ciência e tecnologia, pecuária, pesca, educação, indústria, comércio, justiça, meio ambiente, segurança pública, cultura, defesa, energia e outras áreas a fim.

Na mesma linha raciocínio, segundo a (ABC) aborda que, as diretrizes da política externa brasileira, desempenha a sua missão junto do ministérios das relações

³ A agência brasileira de cooperação, do Ministério das Relações Exterior (MRE) foi criada em 1987 com a finalidade de negociar, avaliar, planejar, coordenar executar e acompanhar os programas e projetos e atividades de cooperação técnica, humanitária para o desenvolvimento de todas as áreas do país para o exterior, sob o formato de cooperação, trilateral, bilateral ou multilateral. Disponível em www.abc.gov.br

exterior, definindo as sua prioridade voltada nos planos e programas setoriais do governo, os programas de cooperação técnica com estes países no qual o Brasil mantém acordos, está centrada no fortalecimento, reciprocidade dos seus parceiros, bem como no desenvolvimento institucional, compartilhar e melhorar nas áreas demandada pelos países parceiros tendo retorno para ambas partes de valor socioeconômico.

A política externa brasileira sempre obedeceu às suas raízes enquanto nação, centrada na soberania e autonomia dos países, o pacifismo e o diálogo como forma de resolver os conflitos e manter a paz mundial. Entretanto,

Desde 1995 até 2008 a integração da África à economia internacional através dos fluxos comerciais se aprofundou aceleradamente. As exportações totais do continente cresceram em torno de cinco vezes, aumentando a participação do continente nas exportações mundiais no período e contribuindo para quase duplicar a relação entre as exportações e o PIB regional. Esse crescimento é atribuível, em boa medida, ao aumento nos preços das commodities, que beneficiou fortemente os países exportadores de petróleo do continente, e à demanda crescente dos países emergentes, especialmente da China, e da própria África. (VEIGA, 2011, p. 05)

Conforme Cardoso (1993), Angola e Moçambique, são um dos principais países no continente africano, no qual o Brasil mantém laços fortes de cooperação, além da língua que é um dos veículos facilitador para de negócios da ampliação da internacionalização das empresas brasileiras, atraídas pelo potencial de recursos naturais e demanda na execução de infraestrutura. Notavelmente durante os anos de 1995 até 2010, período em que se marcou ativamente a presença no continente africano.

⁴De acordo com (BNDES), os cinco primeiros 68% e os dez primeiros 85% das exportações brasileiras tiveram destino para o sul da África, África ocidental, norte e na África do sul, “o maior parceiro do Brasil é a Região Ocidental, fornecedora de petróleo, principalmente Angola e a Nigéria” Veiga (2011). Esta ligação de negócios levou consigo muitas empresas brasileiras a se concentrarem majoritariamente em

⁴ www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/institucional/Sala_de_impresa/Noticias/2011/todas/20110601_b.html. O banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é designado um dos maiores bancos de desenvolvimento do mundo. O principal instrumento do governo federal para o financiamento da economia brasileira a longo prazo.

Angola e Moçambique, além da África do Sul, país que conta com uma das economias mais desenvolvidas e o maior mercado consumidor, com um ambiente institucional mais favorável do continente. Angola é o principal destino na linha de crédito disponibilizado para infraestrutura, transporte, comunicação, saneamento básico, abastecimento de água e transmissão energética com crédito orçado em US \$3,2 bilhões, anteriormente já tinha destinado US \$1,7 bilhões (BNDE,2011).

2 AS INICIATIVAS DIPLOMÁTICAS COM O CONTINENTE AFRICANO DURANTE O GOVERNO LULA

De acordo com Visentini (2005), durante os dois mandatos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, houve uma mudança significativa nas relações entre o Brasil e o continente africano, essa política externa releva não só a perspectiva mais geral, mas também a própria dinâmica que o capitalismo brasileiro assumiu durante os anos 2000.

Por meio deste, o foco da política externa brasileira para África, assumiu o capitalismo como perspectiva política que orientou o governo Lula, dando continuidade às políticas neoliberais do governo Fernando Henrique Cardoso, mas com algumas mudanças que vão se diferenciar um do outro. Não obstante,

Foi necessário o desenvolvimento de uma nova orientação no plano da política externa, retomando a postura mais independente e propositiva adotada em governos anteriores, mas desta vez francamente vinculada a uma posição imperialista no plano externo e auto defensiva em relação aos recursos naturais estratégicos à sua economia e à busca por uma posição mais protagônica no cenário internacional. Neste sentido, a aproximação com os países emergentes e periféricos foi fundamental, tanto para a intensificação das relações econômicas, quanto para o estabelecimento de alianças diplomáticas. É neste contexto que se insere a política externa brasileira para a África (MACIEL, 2020, p. 351).

É também neste período, que se definiu as relações sul-sul, o continente africano, vai entrar também como prioridade e ser definida como uma área estratégica, político, econômico, moral e histórico, como um vetor fundamental para redefinir laços com o continente africano. Sendo assim,

O Itamaraty, em coordenação com diferentes áreas do governo, conta com o setor privado e sociedade civil para transformar os laços de amizade que nos unem aos povos da África em progresso econômico e social, em benefício mútuo. Os caminhos para África se reabrem e apontam um encontro solidário de brasileiros e africanos, em sintonia com a inovação e as aspirações de amplos setores de nossa sociedade.⁵

O privilégio das relações sul-sul e detrimento das relações norte-sul, foi de priorizar as relações diplomáticas, políticas econômicas com o continente africano especificamente, independente das relações que manteve com outros continentes. O Brasil vislumbra a possibilidade de conquistar mercado para empresas brasileiras, catapultar a economia ao capital internacional, a dinâmica da globalização conquistando uma área de influência e garantir a sua projeção nos mercados acessíveis. Portanto FERREIRA, 2016, p. 05 afirma que:

Entre 2007 e 2009 a região Norte respondia por 32,4% das exportações brasileiras para o continente africano, a Região Sul por 31,2% e a Ocidental por 29,2%. Comparando com o fim da gestão FHC, entre 2000 e 2002, mais uma vez, as regiões Ocidental, Norte e Sul eram as três principais regiões de destino das exportações bilaterais do Brasil. Contudo, naquele triênio, a participação da região Norte era ainda maior, alcançando 38,4% do total, distanciando-se um pouco das outras duas regiões (Ocidental, com 28,5% e Sul, com 26,6%). Essa relativa mudança das regiões reflete as investidas da política externa de Lula na diversificação de parceiros em novas áreas do continente, além da estabilidade de Angola, na região Sul.

Na perspectiva da comunidade dos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP), em julho de 2004, o Brasil desempenhou o papel central nas gestões diplomáticas que contribuiram para a retomada da democracia em São Tomé e Príncipe. Em Angola, o Brasil é um parceiro tradicional, com o qual mantém estreitas relações em diversas áreas, igualmente Cabo Verde. Com Moçambique, mantém acordos comerciais e estabelecendo uma cooperação no setor agropecuário, por exemplo. Na Guiné Bissau, que passa por uma conjuntura política complexa, o Brasil tem procurado contribuir para que o país reencontre caminho para a democracia e do desenvolvimento econômico⁶

⁵ Artigo do ministro de estado das relações exterior Embaixador Celso Amorim no jornal folha de São Paulo “ O Brasil e o renascimento africano” disponível em www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/7553-artigo-do-senhor-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-embaixador-celso-amorim-no-jornal-folha-de-s-paulo-o-brasil-e-o-renascimento-africano. Acesso em 25/08/2021.

⁶ A política externa do governo Lula: Dois anos artigo do ministro das relações exterior Celso Amorim publicado na revista plenário disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/7788-a-politica-externa-do-governo-lula-dois-anos-artigo-do-ministro-das-relacoes-exteriores-embaixador-celso-amorim-publicado-na-revista-plenarium>. Acesso em 25/08/2021

O governo Lula passou de certo modo, a prestigiar os países africanos, visitando 27 países “lugar que não era considerado muito bom frequentar, mas que fiz questão de ir”, entre os países visitados pelo presidente Lulas são eles; Moçambique, Zimbabwe, Namíbia, África do Sul, Angola e São Tomé e Príncipe. Mais para frente, vamos poder descrever os acordos firmados e a expansão da política externa brasileira, os projetos de cooperação com o continente africano, bem como articular formas de cooperação. (AMORIM, 2011)

Neste período de 2003-2010, se ampliou as relações técnicas ou científicas, como uma forma de expansão da sua política externa, buscando alternativas de cooperar, período marcado como, diplomacia solidaria, recíproca, mantendo a horizontalidade do diálogo com os países africanos. Em concordância com (ABC,2011; IGLESIA e COSTA apub CABRAL, 2011, p. 02), os autores, destacam que:

As ligações históricas e afinidade cultural tornaram as relações ente o brasil e o continente africano particularmente fluidas, especificamente com os países com os quais partilha a língua portuguesa. Os cinco países lusófono da África são os principais destinatário da cooperação técnica e os investimentos por parte da indústria brasileira têm se multiplicado, especificamente nas áreas de construção, petróleo e mineração[...].” (AMORIM, 2011, p. 481)

Certamente, o governo Lula, sempre manteve os fundamentos do programa neoliberal, ou seja, o privilégio do mercado em detrimento da intervenção estatal, mantendo a política macroeconômica nos seus fundamentos gerais, controle do déficit público liberalização do câmbio, controle da inflação, câmbio valorizado, manteve também a política de privatização dos recursos públicos. Algumas mudanças importantes são incorporadas como o fortalecimento das políticas sociais, o reforço dos direitos fundamentais, da restauração dos serviços públicos e dos direitos sociais, procurando fortalecer o setor centralizado do capital nacional e internacional. Dado que,

A diminuição da participação do Estado na economia, componente estratégico do projeto político implementado no período, relegou a África ao restrito investimento privado no que toca ao fomento e à prospecção de investimentos no continente, principalmente no setor de construção civil. Essa condição reduziu drasticamente o volume de recursos transacionados, sendo que os esforços foram concentrados na regionalização Platina e nas trocas

com os países desenvolvidos (MENDONÇA JÚNIOR, 2013, p. 06 apud FERREIRA, 2016, p. 02)

É neste contexto, que se define a política externa brasileira do governo Lula, que sempre procurou consolidar e firmar o Brasil junto das grandes potências no contexto internacional e dessa maneira criar condições para que as empresas brasileiras possam se expandir dentro e fora do mercado brasileiro.

O Brasil sempre ágio como elemento protagonista, ator diplomático importante, defensor da ampliação do conselho de segurança da ONU, combatendo o protecionismo das grandes potenciais dos países imperialistas centrais, contribuir no fórum alternativo do G7, assumindo uma postura arbitrária em diversos conflitos em Angola e em Moçambique, como elemento pacificador.

Havia uma perspectiva do Brasil sair das condições de aliado subalterno da política externa norte americana, e assumir um papel de protagonista dentro das relações internacional. “Neste sentido, a aproximação com os países emergentes e periféricos foi fundamental, tanto para a intensificação das relações econômicas, quanto para o estabelecimento de alianças diplomáticas”. (MACIEL, 2020, p. 351)

No cenário internacional, o Brasil esteve de rosto novo na sua política externa, para Visentini (2012), essa política externa, está em conformidade com as tendências e a dinâmica dos interesses geral do Brasil. Uma das prioridades do governo Lula na crescente internacionalização da economia brasileira, ou seja, após a ditadura militar no Brasil, isto é, durante o governo Lula, a política externa brasileira veio a se internacionalizar cada vez mais, a entrada de capitais interno e externo que passam a ocupar uma parcela crescente da economia brasileira para outros países e regiões, entretanto, é uma integração cada vez maior e dinâmica nas relações internacionais.

De acordo com Jorge (2011) paralelamente a uma redução da participação do estado na economia devido a um processo brutal de privatizações das empresas públicas e privadas, também há uma eliminação de uma série de mecanismos e procedimentos que permitem ao estado intervir na economia de uma forma direta e indireta.

Foi notório o protagonismo, a credibilidade da política externa do Brasil com os países dos PALOP, bem como também ganhou mais notoriedade no cenário doméstico e internacional. O anseio na “conquista de mercado externo, para exportação de mercadorias, principalmente de produtos manufaturados e posteriormente na exportação de capitais com a realização de empreendimentos, a cobertura de filiais e aquisição de empresas estrangeiras” (MACIEL, 2020, p. 354).

Segundo Celso Amorim, o governo de Lula, sempre procurou aliados nos dois lados do atlântico sul, e o esforço de levar o Brasil no fórum internacional, tornando os países africanos como seus aliados com a finalidade de apoio na arena internacional e dos assentos que vem assumindo e se coloca como uma espécie de representantes diplomático desses países.⁷ Estando de acordo com a política externa de forma mais geral, que por sua vez, está de acordo com a política e a economia. As relações entre o Brasil e o continente africano, buscam se constituir como uma alternativa ao imperialismo tradicional dos potenciais centrais.

A presença brasileira no continente africano, na perspectiva de defesa da multipolaridade, vai ser um ator defensor da paz, desenvolvimento de uma globalização mais justa menos assimétrica entre os países, ou seja, na polarização de que a globalização deve ser acessível, inclusiva para os países em desenvolvimento, no sentido de permitir a transferência de capitais e tecnológico que garante o desenvolvimento desses países, até mesmo em uma perspectiva humanitária, porque de certa forma a intervenção brasileira nesses países vai em busca não só abrir frentes para diplomacia, mas também para a ampliação de programas sociais, culturais educacionais em nome do combate à pobreza, as epidemias, e abrir espaço para o desenvolvimento. Entretanto,

O governo alargou relações com os Estados da lusofonia africana, as aberturas das embaixadas e consulados nos países onde ainda não existia representação diplomática brasileira mais sólida, deram início ao investimento, empréstimos e financiamentos a esses. Dentre as questões de destaque, podemos citar a luta contra fome e miséria; tratamento de doenças como cólera, dengue, sarampo, HIV, dentre outros tópicos. No campo da educação, houve apoio com financiamento de construção e reformas das

⁷ Disponível em www.gov.br/mre/pt-br/dicas/Detail.asp?iid=1570 Acesso em 30/08/2021

escolas, envio de profissionais e técnicos para capacitações, ampliação de mais números de vagas para Programa de Estudante Convênio de Graduação (PECG) e a criação do Programa de Estudante Convênio de Pós-Graduação (PECPG). No setor político e militar o governo se engajou na estabilização desses países, promoção da democracia, valorização dos direitos humanos, igualdade de gênero, combate a corrupção, nas organizações das eleições e na estruturação do aparelho do Estado. (FERNANDES, 2018, p. 19)

Conforme os dados do IPEA (2013), o Brasil desencadeia uma ofensiva diplomática, política e econômica em relação aos países do continente africano, depois que o presidente Lula assumiu a presidência do Brasil. Durante o seu governo, teve um aumento significativo do números de embaixada no continente africano, isto é, no ano de 2003 tinha apenas 18 embaixadas, 8 anos depois, o número de embaixada quase dobra para 33 embaixada no ano de 2010, resultado da intensificação diplomática e fortalecimento das relações entre o Brasil e o continente africano. Período que também se intensificaram as visitas diplomáticas e de chefes de estado, medida que se fortaleceu as relações entre os países africanos de língua oficial portuguesa, deste modo,

O Brasil ampliou significativamente sua participação na África, não apenas em termos diplomáticos-com a duplicação do número de embaixadas brasileiras em países africanos, mas também políticos e econômicos. Politicamente, houve intenso recurso à diplomacia presidencial, sendo criadas diversas iniciativas, como a Cúpula América do Sul-África, e retomadas outras, como a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (Zopacas) e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). (OLIVEIRA; MALLMANN, 2020, p. 131)

Para BARROS e NOGUEIRA (2015) durante o governo Lula, o Brasil construiu uma agenda positiva dentro das Relações Internacional, direcionada as prioridades, empreender ações de benefício mútuos com os países envolvidos, em especial para cooperação internacional bem como marcou mudanças na política externa brasileira, retomando as relações com o continente africano, especialmente com os países de língua oficial portuguesa.

Entende-se também, que o governo brasileiro trouxe novos paradigmas de política externa, como estratégica de inserção no continente africano. De acordo com o instituto de pesquisa econômica aplicada (IPEA), no ano de 2014, “passou a dar

ênfase à cooperação com os países do eixo sul, como; América latina e os países de língua portuguesa (CPLP)” (IPEA, 2013, p. 49).

Os autores (JUNIOE e FARIAS, 2015 p.18), ressaltam que, o ex-presidente Lula, fez duas viagens ao continente africano, visitando 21 países africano, Lula firmou 238 acordos segundo dados da CT Brasil e África, duplicando os parceiros em solo africano, acordo que deram início a execução da política externa brasileira para o continente africano, aprofundando a cooperação técnica inter-regional, a política externa do governo Lula, também foi marcada pela retomada do universalismo com ênfase no diálogo sul-sul.

Oliveira e Mallmann (2020) Em grande parte da sua visita em alguns países africano, o ex-presidente Lula também se fazia acompanhar de empresários brasileiras que tencionava expandir e internacionalizar os seus campos de atuação, utilizando Banco Nacional de Desenvolvimento e Social (BNDES) como financiador internacional para empresas brasileira, com objetivo de fornecer empréstimos às empresas que atuavam em setores estratégico nos países africanos como: Mineração, Energia e infraestrutura.

Durante a sua passagem pelo continente africano, o apoio recorrente aos países de língua oficial portuguesa (CPLP) dentro do sistema internacional, é dos fatores apontado pelo assento permanente que o Brasil ocupa no conselho de segurança das nações unidas. Assim como o Brasil, o continente africano passou a ser enxergado como elemento essencial para cooperação estratégica e sua reafirmação no cenário internacional (Miyamoto 2011).

2.1 PRINCIPAIS ACORDOS DIPLOMÁTICOS DURANTE O GOVERNO LULA COM OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA PALOP

Durante os dois mandatos do governo Lula (2003-2010), período que teve a reaproximação diplomática com os países africano especificamente com os países africano de língua oficial portuguesa. No entanto, a tabela abaixo, apresenta os

números de acordos firmados com os países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP), durante o governo Lula. Durante os dois mandatos do Lula, isto é, em 8 anos de governo, foi firmado no total 238 acordo de cooperação conforme mostra a tabela 1.

Ano	Nº de acordos	Países dos PALOP com acordo de cooperação
2003	36	Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe
2004	7	Cabo verde e Moçambique
2005	22	Angola, Guine Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe
2006	14	Angola, Cabo verde e Moçambique
2007	44	Angola, Cabo verde São Tomé Príncipe, Moçambique e Guine Bissau
2008	42	Angola, Cabo verde São Tomé Príncipe, Moçambique e Guine Bissau
2009	24	São Tomé Príncipe, Moçambique e Guine Bissau
2010	49	Angola, São Tomé Príncipe, Moçambique e Guine Bissau

Fonte: Elaboração própria a partir do (Brasil 2014a)

Por fim, é de extrema importância trazer as principais áreas de cooperação firmadas no período em questão. De acordo com os dados da cooperação técnica entre países em Desenvolvimento (CTPD) da agência brasileira de cooperação (ABC), o Brasil e os países do PALOP, mantem acordo firmado nas seguintes áreas, conforme mostra a tabela 2.

Áreas de cooperação	Total de acordos
Administração	13
Agricultura	29
Científica e técnica	1
Comissão mista	3
Cultura	13
Defesa	2
Desporto	15
Direitos Humanos	3
Economia e comercio	1
Educação	23
Energia	9
Formação Profissional	22
Fortalecimento institucional	1
Infraestrutura	3
Meio ambiente	12
Mineração	3
Pecuária	7
Políticas Publicas	16
Saúde	44
Turismo	33

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do (Brasil 2014b)

Os dados mostrados nas tabelas fazem referência as áreas e quantifica os números e as áreas de acordo firmado entre os países dos PALOS e o Brasil, esses países no período entre 2003-2010, isto é, durante os dois mandatos do governo Lula da Silva. Além da cooperação econômica, diplomática, comercial e cultural, o governo de Lula, destacou a importância da sua política externa com o continente africano, construindo uma agenda baseada na reciprocidade e diplomacia.

A Terceira e última tabela, mostra as modalidades de acordo bilaterais descritas em: Protocolo de intenções (PTs); memorando de entendimento (MEs); ajustes Complementares (ACs) e o terceiro é os Acordos Gerais (AGs).

Tipos de acordos firmados	Total de acordos
PI	41
ME	28
AC	160
AG	9

Fonte: Elaboração própria a partir do (Brasil 2014b)

2.2 UMA ANÁLISE COMPARATIVA DO PÓS-LULA (DILMA, TEMER E BOLSONARO)

É importante fazer esta comparação, para melhor entendermos as perdas e ganhos, conectar com o antes e depois das políticas adotadas. A política externa brasileira para África, durante o governo Lula da Silva, foi marcada por uma inflexão nos paradigmas da política externa brasileira, marcada pela reconexão, ou seja, período marcado em que o Brasil da importância ao continente africano, construindo novas agendas para política externa brasileira.

A partir do primeiro mandato do governo Lula, foram agregados, a ideia de um pragmatismo, levando a diversificação das parcerias estratégica, trazendo um Brasil mais participativo nas relações internacionais, ocupando novos espaços pela diplomacia brasileira. (Silva 2010). Após o governo de Lula, Dilma Rousseff, elegeu-se em 2010, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), empossada em 1 de janeiro de 2011, no palácio do planalto, se tornando a primeira presidenta eleita do na história do Brasil e a 39^o a ocupar a presidência da República. ⁸

Sobre a política externa brasileira para o continente africano da presidenta Dilma, originalmente, manteve as bases, mas distinta da política externa vigente no governo

⁸ Disponível em www12.senado.leg.br. acesso em 02/09/2021.

anterior. Devido ao momento que se vivia durante o seu governo, tanto político econômico e social, o governo Dilma, sentiu obrigada a dotar medidas para reduzir estes impactos, sendo que, a política externa teve um menor número de projetos e mais econômico para África, a fim de melhorar, articular o planejamento, estruturação, desenvolvimento e consolidação da política externa (Oliveira e Mallmann, 2020). No entanto,

Enquanto Lula, em seus três primeiros anos de governo (2003-2005) visitou 12 países africanos (São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Namíbia, África do Sul, São Tomé e Príncipe, Gabão, Cabo Verde, Nigéria, Gana, Guiné-Bissau, Senegal e Camarões), Dilma Rousseff, em um período equivalente (2011-2013), visitou apenas seis países do continente (África do Sul, Moçambique, Angola, Nigéria, Guiné Equatorial e Etiópia). (OLIVEIRA e MALLMANN, 2020, p. 138)

Vale ressaltar que, na agenda da sua política externa, Dilma participou na reunião dos IBAS na África do sul, e em seguida visitou Angola e Moçambique. Também indicou Lula como representante oficial brasileiro na 17ª cúpula da União Africana (IPEA, 2011). De acordo com (Cabral, 2011), foi durante o governo Dilma que promoveu a criação do “GRUPO ÁFRICA” que coordenava as empresas brasileiras no continente africano, com os objetivos de mediar programas de desenvolvimento, bem como investimento e vendas a fim de proporcionar maiores ganho para ambos.

Neste sentido, mesmo com várias oscilações na política externa de Dilma, é possível perceber alguma ênfase na cooperação na área de defesa, o governo de Lula teve apenas 1%, oposto ao Lula, o governo Dilma que teve uma proporção de cerca de 16% (ABC, 2019). Deste modo, durante o governo Dilma, no seu primeiro mandato se deu início a 157 projetos de cooperação com o continente africano conforme mostra a tabela a abaixo:

Número de projetos iniciados	Ano
87	2011
27	2012
12	2013
11	2014

Fonte: elaboração própria com base nos dados da (abc)

Ainda de acordo com agência brasileira de cooperação, devido a situação econômica vivida na época, houve a necessidade de cortes no orçamento destinando a ABC durante o governo da Dilma Rousseff, deste modo, priorizou-se os projetos em execução, bem como os já firmados e diminuindo os que já estavam em andamento. Conseqüentemente durante os governos Dilma, é marcado por um declínio na continuidade dos projetos de cooperação deixado antes pelo governo Lula, os projetos de longo prazo foram os mais afetados devido ao corte do orçamento da agência, que deu lugar a descontinuidade na execução da política externa brasileira.⁹

O governo de Dilma, ficou também marcada por protestos, crise econômica, política e social, que de certo modo, é um dos indicativos da frustração do seu pleno de governação de modo geral, fragilizando as políticas adotada durante o seu mandato. Vale ressaltar que, no governo Dilma em comparação com Lula, o que se evidencia é um reajuste em relação a política externa brasileira sem refletir em descontinuidade ou mudança.

Alonso (2017), aponta que, neste contexto, o grupo Movimento Brasil Livre (MBL), foi um dos responsáveis pela queda de popularidade e que foi se criando um caos político e social, em meio desta situação, estimulou o pedido de impeachment protocolado em 2015 pelos juristas Janaína Paschoal Hélio Bicudo. No ano seguinte, em 2016, foi marcado pelo agravamento da crise econômica, os escândalos de corrupção e por grandes protestos em São Paulo e o processo judicial contra o ex-presidente Lula. Por tanto, “Cunha prosseguiu com um dos pedidos de impeachment até a sua votação na

⁹ Dados disponíveis em www.acessoainformacao.gov.br/. Acesso em 03/09/2021

Câmara, em 17 de abril de 2016, com 367 votos a favor. Em 31 de agosto de 2016 veio a votação do processo no Senado, com 61 votos favoráveis e 20 contrários, culminando com o afastamento da presidente”. (SILVA, 2019, p. 19)

Neste cenário conturbado, Dilma sofre impeachment que levou a sua destituição da presidência da República em 2016, em seguida, Michel Temer assume o cargo de presidente interino de 2016-2018, o foco da política de governação de Temer, tinha como foco a reforma econômica brasileira, pautada em olhar interno partir de uma política não ideológica, optado por reforçar laços com os Estados Unidos da América, levando o Brasil ao retrocesso ao adotar bilateralismo ao invés do multilateralismo em detrimento das relações das relações sul-sul, sua agenda diplomática e políticas de desenvolvimento econômico, se afirmar como uma política de governo e não de estado Saraiva (2012).

Durante o governo Temer, visitou apenas 2 países do continente africano, Cabo Verde e a África do Sul, lembrando que, Temer estava cumprir a agenda de política externa vigente, porque, apesar do impeachment, ele também era parte do governo. Entretanto, em relação a política externa para África no governo Temer, ficou evidente a ideia de uma nova estratégia sul-sul, com perspectivas de reforçar os laços diplomático como podemos observar nas palavras de Serra:

Estaremos empenhados igualmente em atualizar o intercâmbio com a África, o grande vizinho do outro lado do Atlântico. Não pode esta relação restringir-se a laços fraternos do passado e às correspondências culturais, mas, sobretudo, forjar parcerias concretas no presente e para o futuro. Ao contrário do que se procurou difundir entre nós, a África moderna não pede compaixão, mas espera um efetivo intercâmbio econômico, tecnológico e de investimentos. Nesse sentido, a solidariedade estreita e pragmática para com os países do Sul do planeta terra continuará a ser uma diretriz essencial da diplomacia brasileira. Essa é a estratégia Sul-Sul correta, não a que chegou a ser praticada com finalidades publicitárias, escassos benefícios econômicos e grandes investimentos diplomáticos (Brasil 2016a, n.p, apud Oliveira e Mallmann).

Após o governo Temer, em outubro de 2018, é eleito o atual presidente Jair Bolsonaro, antes e depois de ser eleito já verbalizava algumas promessas, como combater a corrupção, a liberação de posse de arma de fogo e trazer outra forma de se fazer política assim como transferir a embaixada brasileira de Telavive para Jerusalém.

Lembrando que Bolsonaro é conservador e pauta o retorno dos valores tradicionais. Depois de Trump ser eleito nos Estados Unidos da América, Bolsonaro se mostra fiel e aliado a pessoa de Donald Trump e se equaliza a identidade de Trump, adotando a mesma postura de governo do presidente americano, para muitos analistas políticos e outros, a política externa de Bolsonaro é equivocada e contraditória, assim como afirma GONÇALVES e TEXEIRA, 2020, p. 192, que: “O governo brasileiro de Jair Bolsonaro (2019) inaugurou inédita direção de política externa, nunca antes vista em qualquer parte do mundo: uma política externa movida exclusivamente por motivações ideológicas, sem compromisso com qualquer concepção de interesses nacionais”.

Mostra-se claramente que a política externa de Bolsonaro não é coesa, porque o mesmo não se configura aos interesses nacionais quanto à capacidade de previsão de sua repercussão junto aos atores internacionais, com os quais o Estado se relaciona. É claramente visível na política externa bolsonarista que não há diálogo entre as prioridades do interesse externo com os interesses internos, assim como afirma Albuquerque (2019), a política externa Brasileira do governo Bolsonaro passou a adotar uma “estratégia do caos, tornando-se um espaço de políticas declaratórias” repleto de “cacofonias”. Nesta perspectiva,

Há uma grande preocupação entre especialistas das relações entre Brasil e África, que, seguindo os comentários do presidente e de Ernesto Araújo, atual chanceler, fazem projeções nada positivas sobre o futuro de uma parceria que foi estratégica durante governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva. A tendência é a de que haja um refluxo nas relações entre brasileiros e africanos como no período do presidente Fernando Collor de Mello que afirmava que para o Brasil era melhor ser “o último entre os primeiros do que o primeiro entre os últimos” para justificar o alinhamento às grandes potências no início da década de 1990 (FRANCISCO, MATRONE, CAMPOS E DOS SANTOS, 2019, np)

3 CONCLUSÃO

Com base nos dados expostos, consideramos que durante o governo Lula, a busca por uma posição protagonista do Brasil no organismo internacional e na própria diplomacia mundial, levou o Brasil a estreitar relações com os países africanos em especial com os países de língua oficial portuguesa, além da dinâmica expansiva do imperialismo brasileiro. O auge da política externa brasileira para os países dos

PALOPS, vai ganhar outras conjunturas durante os dois mandatos de Lula, que teve maior aproximação política, diplomática e suas ações, maiores números de acordos bilaterais firmados, ampliação das áreas de cooperação, teve aumento na abertura de embaixadas, maior número de vezes em visitas oficiais, estimulou a participação de empresas brasileiras atuarem com os países africanos de língua portuguesa, valendo-se do apoio do BNDES. É com base nisto, que o Brasil consolidou a sua política externa, centrada nas relações com o continente africano e outros países do eixo sul-sul.

Mesmo com a crise de 2007/2008, não houve grandes alterações no crescimento e expansão da economia brasileira, o que evidenciou a consistência do eixo sul-sul, permitindo a continuação do crescimento econômico brasileiro e encarar os efeitos mais nocivos da crise mundial. Apesar da mudança de governo de Lula para Dilma, ambos se apoiam na mesma matriz de política externa, assim como fazem parte do mesmo partido político, com a mesma linhagem política, percepções do cenário da agenda internacional, consideramos que houve a continuidade das agendas políticas e de governo. Com processo de impeachment de Dilma em 2016, acende o governo de Temer, começando um novo ciclo de governo, e que vai representar uma ruptura da política externa da gestão anterior que vinha sendo praticado, percebe-se que houve uma diminuição da intensidade nas relações entre Brasil-África e a expressa falta de vontade política da readequação dos projetos de cooperação.

Frente ao que foi exposto, podemos afirmar que no governo atual de Bolsonaro, nota-se claramente o fim da política externa brasileira construída a partir do eixo sul-sul. Também estamos diante de um Brasil fragilizado incapaz de continuar com sua política externa, bem como sua participação ativa no cenário internacional, nota-se claramente, o afastamento entre África e o Brasil, ou seja, o que se constata na política externa dos governos pós-Lula, é um retrocesso na política externa, o que se reverbera hoje é que, o continente africano deixou de ser um parceiro estratégico na política externa brasileira.

Cabe notar, por todavia, que o perfil da política externa brasileira no governo Lula durante os dois mandatos, foi bastante específico e coerente baseada na reciprocidade, diplomacia com os principais parceiros econômicos, teve maior atuação na agenda internacional, expandiu a diplomacia brasileira manteve ativa substancialmente a política externa com os países africanos, desenhando assim um perfil de um Brasil mais participativo.

Referências

- ALBUQUERQUE, Marianna. 2019. O estilo Bolsonaro de governar e a política externa. Boletim Opsa, n. 1, Jan-Mar.p. 15-21. Disponível em: opsa.com.br/wp-content/uploads/2017/01/boletim_opsa_2019_n1-jan-mar.pdf. acesso em: 15/11/2021.
- AMORIM, Celso. O Brasil e o renascimento africano. jornal folha de São Paulo. Disponível em. www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/7553. acesso em 12/11/2021
- AMORIM, Celso. Conversas com jovens diplomatas. São Paulo: Benvirá, 2011
- BRASIL. Ministério das Relações Exterior. A agência brasileira de cooperação. Disponível em www.abc.gov.br. Acesso em 25/08/2021.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Agência Brasileira de Cooperação Disponível em www.abc.gov.br/ABC_por/WebForms/default.aspx . Acesso em 25/08/2021
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Departamento de atos Internacionais: Todos os atos. Disponível em: [dai mre.serpro.gov.br/pesquisa_ato_todos](http://dai.mre.serpro.gov.br/pesquisa_ato_todos) acesso em 23/08/2021 Disponibilidade 12 fev. 2014 b.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/>. Acesso em 23/08/2021. Disponibilidade em 25 abr. 2014c.
- CABRAL, Lídia (2011). **Cooperação Brasil-África para o desenvolvimento: caracterização, tendências e desafios**. Texto CINDES 16. Rio de Janeiro: Centro de Estudo de integração e desenvolvimento publicado em [<http://www10.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2012/09904.pdf>]. Disponibilidade: 30/10/2015.
- CARDOSO, Fernando Henrique. (1993), “Política Externa: fatos e perspectiva”. Política Externa, 2 (1), jun., São Paulo, paz e Terra.
- DANESE, Sérgio. Diplomacia Presidencial; História e Crítica. Brasília; Funag, 2017.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de . “ O Itamaraty e a política externa brasileira: do insulamento à busca de coordenação dos atores governamentais e de cooperação com os agentes societários”, contexto internacional, v. 34, n.1, p. 331-355. 2012

FERNANDES, Maelqui. **BRASIL E PALOP: POLITICA EXTERNA DO GOVERNO LULA DA SILVA 2003 -2010**. 2018. Monografia (Graduação). UFPB/CCSA. 2018.

FERREIRA, Wallace. **FHC e Lula na África sob as perspectivas diplomática e econômica**. Brasília, v. 14, n. 1, p. 1-13, jan./jun. 2016.

FINGERMANN, N. Natalia. 2012. **África Parceira do Brasil Atlântico - Relações Internacionais do Brasil e da África no Início do Século XXI**: Porto Alegre, V. 3, Nº1, Jan-Jun 2012.

FONSECA, Danielle. África é o novo oásis do atacado e dá franquias. 2010. Disponível em www.gov.br/mre/pt-br/dicasDetalhe.asp?iid=1570. Acesso em 30/08/2021

FRANCISCO, MATRONE, CAMPOS E DOS SANTOS, brasil-africa-e-a-gestao-bolsonaro-algumas-observacoes/. opeb.org. 2021. Acesso em 03/12/2021.

GARCIA, Ana Saggiaro. BNDES e a expansão de empresas com sede no Brasil.www.plataformabndes.org.br/site/index/biblioteca/category/11-analises-do-desenvolvimento?download=45:bndes-ea-expansão-internacional-de-empresascom-sede-no-brasil.2011. acesso em 8/11/2021.

GONÇALVES, Williams, e TEIXEIRA, Tatiana. Considerações sobre a política externa brasileira no governo Bolsonaro e as relações Brasil-EUA. **Sul Global**. 1 (1): 192- 21. 2020

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional: 2010**. Brasília: Ipea, 2013.

JORGE, Nedilson. **A África na agenda econômica do Brasil: Comercio e investimento**. In: África e agenda do Brasil, Rio de janeiro. 2011

JÚNIOR, Wilson Mendonça, FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. A cooperação técnica do Brasil com a África: comparando os governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Lula da Silva (2003-2010). **Rev. Bras. Polít. Int.** 58 (1): 5-22. 2015.

LADEIRA, Pedro. **A política externa do governo Lula: Dois anos artigo do ministro das relações exterior Celso Amorim publicado na revista plenário**. Disponível em www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/7788-a-politica-externa-do-governo-lula-dois-anos-artigo-do-ministro-das-relacoes-exteriores-embaixador-celso-amorim-publicado-na-revista-plenarium 2017. Acesso em 25/08/2021

MACIEL, David. Política Externa no Governo Lula (2003-2010): as Relações entre Brasil e África. **Hist. R.**, Goiânia, v. 25, n. 2, p. 350–372, mai./ago.2020

MACIEL, David. Melhor impossível: a nova etapa da hegemonia neoliberal sob o governo Lula. Universidade e sociedade, Brasília- DF: Andes-SN número 46, pp. 120-133. 2010

MENDONÇA JÚNIOR, Wilson. Política externa e cooperação técnica: as relações do Brasil com a África durante os anos FHC e Lula da Silva. Belo Horizonte: D'Plácido 2013.

MENDONÇA JUNIOR, Wilson; FARIA, Carlos Aurelio Pimentel de (. A cooperação técnica do Brasil com a África: Comparando os governo de Fernando Henrique Cardoso(1995-2002) e Lula da Silva (2003-2010). **Revista Brasileira de Política Internacional**, 58(1): 5-22. Publicado em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292015000100005&lng=en&nrm=iso>]. 2015.

MIYAMOTO, Shiguenoli. “ A Política Externa Brasileira Para a África no Início Do Novo Século: Interesses e Motivações.” In. Salvador. 2011

OLIVEIRA; MALLMANN. A política externa brasileira para a África de Lula a Temer: mudança matricial em meio à crise. **Rev. Carta Inter.**, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, 2020, p. 129-150.2020

SARAIVA, J.F.S. África Parceira do Brasil Atlântico - Relações Internacionais do Brasil e da África no início do Século XXI. Belo Horizonte: **Editora Fino Traço**,2012.

SILVA, André Luiz Reis da. “As Transformações Matriciais Da Política Externa Brasileira Recente (2000-2010).” **Meridiano** 47 11 (120). 2010

VALADARES, Marcelo. **Eleições legislativas**. Disponível em www12.senado.leg.br 2011. acesso em 02/09/2021.

VALDER, Tiago. Política Externa. Disponível em www.acessoinformacao.gov.br/. Acesso em 03/09/2021.

VEIGA, Pedro da Mota. A África na agenda econômica do Brasil: comércio, investimentos e cooperação. **Meridiano 47** São Paulo, Vol. 12, um mapa, nov. Dez 2011.

VISENTINI, Paulo Fagundes. A projeção internacional do Brasil: 1930-2012. Rio de Janeiro: Elsevier. 224 p. 2013

VISENTINI, Paulo Fagundes. De FHC a Lula, uma década de política externa 1995-2005. Rio de Janeiro: **Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 381-397, jul/dez. 2005.